

Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal *

Helena Vilaça

O estudo das realidades minoritárias, numa abordagem estritamente sociológica, constitui uma matéria deficitária no seio da comunidade científica portuguesa e, por tal facto, a carecer de alargamento e de visibilidade. Tão pouco se encontra difundida a apetência pela pesquisa no campo da religião em geral * e dos fenómenos de mudança que têm afectado, principalmente ao longo das últimas décadas, a confissão maioritária e o perfil religioso do país.

O presente texto, de carácter essencialmente histórico-sociológico, tem como objectivo situar, em traços muito gerais, as coordenadas temporais e geográficas dos grupos religiosos minoritários implantados na sociedade portuguesa, identificando, assim, a diversidade de confissões e de movimentos religiosos que têm vindo a definir, no campo religioso, o universo pluralista do país. Através da exploração estatística dos Censos e de fontes documentais e estatísticas internas às organizações será possível estabelecer uma primeira aproximação da cronologia e da representatividade numérico-espacial do mapa religioso não católico em Portugal.

* Comunicação apresentada na XXIV Conferência da Sociedade Internacional de Sociologia das Religiões, Toulouse, 7-11 de Julho de 1997.

¹ A. Teixeira Fernandes, no artigo "O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal", in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 20, 1996, refere a escassez de trabalhos de investigação no âmbito da Sociologia da Religião (p. 27), o que aliás está patente nos quadros das pp. 30 e 31, relativos às áreas temáticas dos projectos apresentados e financiados pela JNICT entre 1987 e 1995. Ao longo desse período apenas são apresentados dois projectos no campo da religião, não tendo nenhum deles sido aprovado.

O estudo das minorias representa, quer para a História quer para a Sociologia, um problema epistemológico e metodológico fulcral, no sentido em que exige, de acordo com o historiador Borges de Macedo (1974:144), o isolamento de fenómenos "limitados ou secundários relativamente à via seguida pela sociedade, mas essenciais para a compreensão plenária de todas as propostas efectivas ou virtuais de transformação (...)"• E^{s*}e autor dá como exemplo de minorias ocultadas, em termos de expressão pública, pelas forças sociais dominantes, os casos dos mouriscos no Levante espanhol ou dos católicos na Inglaterra ou na Turquia (*idem*, 146). A listagem destes grupos sociais "menores" seria infindável e, sem dúvida, as minorias religiosas portuguesas foram no século passado e estão a sê-lo na passagem do milénio hipóteses e alternativas concebidas pela sociedade.

1. Breve apontamento acerca das origens das minorias religiosas em Portugal

O fenómeno religioso português apresenta como aspecto matricial um domínio exclusivo, de longa duração, por parte da Igreja Católica. Em Portugal, como na Espanha, a identidade nacional foi forjada ao longo do processo da reconquista cristã contra os mouros e reafirmada nos tempos áureos das descobertas de territórios além-mar, que imediatamente se transformaram em lugares de evangelização. A presença da Igreja Católica fez-se ainda sentir ao nível da própria organização espacial do território, dividido de acordo com critérios eclesiásticos hierarquizados (Cruz, 1992: 222), que iam do episcopado, de abrangência nacional, à paróquia local. Por último, os três séculos de Inquisição vieram reforçar, ainda mais, essa dominância do catolicismo ao anular a coexistência religiosa entre cristãos e judeus ² e ao inviabilizar a entrada no país de correntes de pensamento de linha protestante — em expansão na Europa Central e do Norte — e a expressão de novos grupos religiosos.

A conjugação destes factores levou a que os ventos da Reforma tivessem demorado três séculos a chegar. Ainda que tenham sido regista-

² Neste texto não será feita referência às origens da Comunidade Judaica em Portugal, uma vez que a sua história se confunde com a própria história da nacionalidade o que, só por isso, mereceria um tratamento singularizado. Por outro lado, a sua importância numérica e cultural nunca foi, no passado anterior ao período da Inquisição, o de uma minoria sem visibilidade.

dos pela Inquisição duzentos processos de suspeição de protestantismo, ao longo dos seus trezentos anos de existência, nunca foi provada a sua veracidade. Alguns evangélicos do século XX, numa atitude algo romântica, também pretenderam ver em certos humanistas do século XVI e em intelectuais dos séculos seguintes os germens da Reforma em Portugal (Cardoso, 1985: 4-7).

Porém, antes do século XIX, aquilo que se verifica são essencialmente manifestações individualizadas de inconformismo religioso, como são os casos de Gil Vicente e de Damião de Góes³. Existem, todavia, alguns casos de excepção. João Ferreira de Almeida (1628-1698), convertido ao protestantismo na ilha de Java, foi mais tarde pastor da Igreja Reformada Holandesa e o primeiro tradutor da Bíblia para português, a partir do grego. Também Francisco Xavier de Oliveira, ou "Cavaleiro de Oliveira" (1702-1783), diplomata português fixado em Inglaterra, depois de uma incursão pelo luteranismo acabou por se tornar membro da Igreja Anglicana (*Idem*: 13-16) e por redigir textos apologéticos da reforma que, sem sucesso, tentou introduzir em Portugal.

Apesar de uma presença mais efectiva de estrangeiros em Portugal, a partir do século XVII, facto que aparentemente poderia facilitar a difusão de ideias reformadas, o protestantismo só despontou no país dois séculos mais tarde e, segundo François Guichard (1990: 456), devido a três factores fundamentais: triunfo do liberalismo e progressiva afirmação da liberdade de consciência individual⁴; aumento da população urbana e operária, menos enquadrada nas estruturas de controlo sócio-cultural da Igreja; "despertar" protestante do século XIX que provocou um novo espírito missionário.

O protestantismo português não resulta, por isso, de movimentos endógenos, antes se associa a um fenómeno importado. Ainda que tendo enfrentado inicialmente condicionalismos e intolerâncias de diversa ordem, "contrariamente ao protestantismo espanhol e italiano, o protestantismo

³ Gil Vicente revelou de forma sarcástica, através do teatro, uma atitude anti-clerical e Damião de Góes, apesar de ter privado com Lutero, foi essencialmente um seguidor de Erasmo de Roterdão.

⁴ Este primeiro aspecto terá de ser cruzado com uma análise acerca das origens e do desenvolvimento da atitude anti-clerical no Portugal dos séculos XVIII e XIX. A este propósito, ver, por exemplo, o artigo de J. Borges de Macedo (1985): "O anti-clericalismo em Portugal — ensaio de uma perspectiva sociológica", in *Communio, Revista Internacional Católica*, Ano II, n.º 5, 1985, pp. 440-450.

português não foi objecto de uma verdadeira perseguição por parte do Estado" (*Idem*, 457). O fim da Monarquia e a concomitante implantação da República, em 1910, acabou por lhe atribuir um estatuto legal.

De certo modo, o processo de implantação e de consolidação inicial dos grupos protestantes e evangélicos não pode ser dissociado de um outro processo que é o das relações entre o Estado e a Igreja Católica. Se ao longo do século passado esta beneficiou de um *regime de união do Estado com a Igreja*, a República, profundamente anti-clerical e ambicionando uma laicização da sociedade, vem a instaurar a partir de 1911, um *regime de separação* (Cruz, 1992: 202) que em muito condicionou a liberdade de acção da Igreja Católica.

1.1. *Protestantes e evangélicos: do século XIX à 1.ª República*

Apesar da tolerância manifestada em relação aos estrangeiros, principalmente no que respeita aos seus lugares de culto e de prática privada da sua religião, estes estavam proibidos de fazer qualquer tipo de proselitismo junto da população portuguesa. De facto, a comunidade estrangeira só foi perseguida a partir de 1730 em virtude de suspeição de franco-maçonaria (Guichard, 1990: 462). Posteriormente, a deterioração das relações com a Santa Sé, no período Pombalino, a abertura às ideias liberais das Luzes e a participação britânica nas guerras napoleónicas alargaram novamente a capacidade de intervenção, no campo religioso, dos estrangeiros em Portugal.

Mas foram principalmente a abolição da Inquisição em 1821 e o "*revival*" protestante, atrás referido, os factores que mais potenciaram o advento de uma nova fase em matéria de propagação de crenças religiosas fora do enquadramento tradicional católico⁵. Apesar de passarem a desfrutar de condições de acção mais favoráveis, as confissões não católicas moveram-se, por um longo período, num terreno ambíguo do ponto de vista jurídico. O suporte legislativo era efectivamente de grande precariedade. A Carta Constitucional Liberal de 1826 é disso exemplificativa

⁵ Será de referir, neste contexto, a apologia de intelectuais do século XIX, como Almeida Garrett (1830) e Antero de Quental (1871), pela leitura directa da Bíblia, como meio de reflexão e inculcação de preceitos morais, vendo a ausência da Reforma em Portugal como factor de atraso em termos de progresso sócio-económico.

(Silva, 1995: 741): se por um lado garante a não perseguição "por motivos de Religião", por outro, ao definir a religião Católica Romana como a "Religião do Reino", confina a liberdade cultural unicamente aos estrangeiros e apenas em lugares privados sem a fisionomia de templos. As implicações práticas de tal legislação traduziram-se no "deixar ao arbítrio das autoridades às diferentes versões dos códigos judiciais ou ao sentimento popular a reacção à 'novidade' (...)" (Silva, *Idem*, 741).

A história dos protestantes e dos evangélicos em Portugal entrecruza-se com a história da implantação de estrangeiros em solo nacional e é simultaneamente o reflexo de desequilíbrios espaciais, no sentido em que se transcreve nos pólos de atracção do tecido urbano e nas zonas de dinamismo económico (Guichard, 1990: 458). Assim, temos: ingleses no Porto, na base das Igrejas Metodista e das Baptistas; escoceses na Ilha da Madeira, fazendo aí nascer o presbiterianismo; americanos, brasileiros e espanhóis no sul, especialmente em Lisboa, na origem da Igreja Lusitana, das Igrejas Congregacionalistas, Pentecostais e dos Irmãos (Darbistas). Muito embora se reconheça de toda a pertinência a análise do percurso singularizado de cada um destes grupos — trabalho que aliás começa a ser objecto de estudo aprofundado no campo da História — bem como o enquadramento histórico-doutrinário de cada um deles, tal iniciativa transcende os objectivos propostos pelo presente texto, pelo que nos limitamos à circunscrição de aspectos e marcos gerais no plano estritamente nacional.

Determinar em rigor a data de início dos diferentes trabalhos é tarefa quase impossível. A reconstrução da origem precisa destes grupos, empreendimento que cabe essencialmente ao historiador, não pode ser realizada com base num único critério. Por exemplo, seria incorrecto tomarmos como base a data de institucionalização oficial quando há casos como o da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal que, tendo sido fundada do ponto de vista legal em 1952, teve como início de actividade o trabalho de um médico inglês na Ilha da Madeira, no ano de 1838 e, posteriormente, assistiu a desenvolvimentos em Lisboa, num longo processo de junções e de cisões com congregacionalistas. Outras situações há em que o começo do trabalho tem dois focos, não sendo clara a ligação entre ambos — parece ser essa a história dos Darbistas. No que diz respeito aos pentecostais, a sua fundação é apontada no Algarve, em 1923, porque é aí que se localiza o seu primeiro local de culto, mas a pregação, dentro desta linha evangélica, começou uns anos antes, a norte da cidade do Porto, na

Póvoa do Varzim, por um pastor baptista que aderiu ao movimento pentecostal.

Apesar destes constrangimentos metodológicos, procurou-se construir uma tabela (Quadro 1) que permite uma visualização geral da cronologia e das variáveis geográficas relacionadas com o aparecimento das minorias de raiz protestante em Portugal.

Quadro 1 — Coordenadas espaço-temporais dos grupos protestantes

principais grupos protestantes	origem dos missionários	início da actividade	primeiro local de evangelização
Presbiterianos	Anglo-saxónica	1838 1952	Madeira
Metodistas	Inglesa	1871	Porto
Darbistas (Irmãos)	Inglesa e Escocesa	1877	Lisboa
Episcopalistas	Anglo-saxónica, espanhola e portuguesa	1839 1880	Lisboa
Congregacionalistas	Escocesa e Brasileira	1880	Lisboa
Baptistas	Inglesa	1888	Porto
Pentecostalistas	Brasileira Sueca	1923	Algarve

Relativamente a esse quadro, será de clarificar dois aspectos. O primeiro diz respeito aos episcopais. Este grupo deu origem à Igreja Lusitana e teve na sua génese padres portugueses e espanhóis velho-católicos descontentes com o Concílio do Vaticano I e simpatizantes do anglicanismo ⁶. No entanto, só em 1980 passa a fazer parte da Comunhão Anglicana. O outro reparo tem a ver com a inclusão no quadro de uma denominação cuja data oficial de implantação é posterior ao século XIX e à própria proclamação da República. Subjacente a esta opção está o facto de os primeiros simpatizantes pelo movimento pentecostalista se terem manifestado pouco depois de 1910 e de, para além disso, as Igrejas Pentecostais agregarem o maior número de membros dentro da actual Aliança Evangélica.

⁶ Sobre as origens da Igreja Lusitana ver, por exemplo, Silva (1995).

Todos estes grupos, criados na sua maioria no último quartel do século XIX, aclamaram com grande expectativa o regime republicano, esperando que fosse legislada uma maior liberdade de acção e de igualdade de direitos para as confissões religiosas minoritárias. Mas se essas expectativas não saíram goradas, no mínimo, ficaram muito aquém: a "onda laicista popularizada pelo regime saído de 5 de Outubro criou um ambiente pouco favorável à expressão religiosa mesmo de carácter nacionalista e anti-ultramontano (...)" (Silva, 1995: 752).

1.2. *Consolidação institucional no período do Estado Novo*

A instauração do regime do Estado Novo em 1926 foi pautada por uma progressiva aproximação à Igreja Católica que culminou na Concordata de 1940 (Cruz, 1992: 202-203). Este acordo realizado entre o Estado português e a Santa Sé acabou por funcionar como mecanismo de compensação ao *regime de separação* instaurado no início do século.

Diga-se, porém, que a Constituição de 1933 manteve intactos os princípios de liberdade religiosa e de consciência consagrados pela lei de 1911. Não houve, portanto, uma perseguição aberta às minorias protestantes, tendo mesmo alguns evangélicos — anteriormente com convicções democráticas — aderido ao corporativismo e ao "cantinho do céu" que Salazar quis oferecer à Nação (Cardoso, 1985: 44-45).

O Estado Novo, ainda que não tenha hostilizado abertamente as Igrejas Evangélicas, impediu a sua exteriorização em termos de métodos evangelísticos e acabou por representar décadas de consolidação organizacional, liderada por uma maioria de obreiros nacionais, de segunda e terceira geração. Elucidativos daquele processo ⁷ são: o reconhecimento legal da Aliança Evangélica Portuguesa (AEP) em 1935, os primeiros sínodos das Igrejas Metodista e Presbiteriana, respectivamente em 1948 e 1952, a criação do primeiro seminário protestante de teologia em 1949, a sagração do primeiro bispo-eleito da Igreja Lusitana segundo o rito anglicano, em 1958, e a constituição do Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), em 1971, fundado pelas três igrejas atrás referidas.

⁷ Para uma consulta precisa dos marcos históricos, ao longo deste período, ver Cardoso (1985), Ericson (1984), Guichard (1990: 476) e documento produzido pela Aliança Evangélica, aquando da comemoração dos seus 75 anos: "Aliança Evangélica — percurso histórico", 1997.

Este período foi também pautado por uma definição das identidades evangélicas e protestantes dentro do quadro de filiação nacional e internacional. A Aliança Evangélica afirma, logo após a sua fundação, o seu distanciamento em relação àquilo que designa de "Modernismo ou Liberalismo Teológico", voltando, em 1950, a reiterar essa posição face ao recém-criado Conselho Mundial de Igrejas. Por seu lado, as Igrejas Sinodais aproximam-se progressivamente deste organismo ecuménico internacional, atitude que culmina com a criação do COPIC e o afastamento em relação à Aliança Evangélica.

1.3. *As outras minorias*

Não seria correcto confinar o contexto não católico romano português, dos fins século passado e dos inícios do século XX, aos limites do mundo evangélico e do protestantismo histórico. Outras minorias fazem parte deste processo que começou e cresceu em tempos de precaridade democrática. Dentro das restantes minorias, nas franjas do cristianismo, serão de destacar três casos.

Seguindo uma ordem cronológica, deparamos, em primeiro lugar, com os Adventistas do Sétimo Dia. Estão implantados no país desde 1904 e o trabalho foi iniciado por um americano. De carácter considerado sectário, os adventistas causaram alguma polémica na comunidade evangélica então emergente.

As Testemunhas de Jeová constituem um dos grupos que encontrou maiores dificuldades de sobrevivência durante a ditadura. Este movimento entra em Portugal através de um canadiano vindo do Brasil e inicia o seu trabalho, em Lisboa, em 1925. O Estado Novo exerceu particular atenção sobre as actividades deste grupo tendo, em particular na década de 60, a obrigatoriedade de participação na Guerra Colonial representado a fase mais difícil para os seus membros.

O Movimento Espírita, não sendo propriamente um grupo religioso, uma vez que se trata mais de uma crença que conjuga o religioso de inspiração cristã com o para-científico ou, em termos mais específicos, com o para-psíquico, merece, contudo, uma referência particularizada. Tendo entrado em Portugal na viragem do século, o movimento, trazido de França por portugueses, encontrou fácil adesão dentro de certos círculos científicos, intelectuais e militares e rapidamente proliferou pelos principais

centros urbanos do país. À semelhança das Testemunhas de Jeová, realizou o seu primeiro congresso em 1925 e um ano depois foi criada a Federação Espírita Portuguesa. Salazar acabou por suspender a personalidade Jurídica da Federação, confiscando os seus bens e remetendo os seus membros para uma situação de semi-elandestinidade, só recuperável em 1974.

2. Os novos tempos democráticos e o "boom" da oferta religiosa

A Revolução do 25 de Abril de 1974, através da instauração da democracia, permitiu a abertura de novas possibilidades de acção. A religião foi um dos campos potenciados. As minorias de raiz protestante, à semelhança do que acontecera em 1910, abraçaram a mudança de regime com forte expectativa, acreditando que a liberdade de expressão, de associação e de manifestação permitiria, pela primeira vez na história desta comunidade, o exercício dos meios de evangelização capazes de produzir uma expansão e um crescimento numérico, até aí desconhecidos.

Não foi isso que aconteceu⁸. O novo contexto democrático foi permeável à entrada no país de novos movimentos religiosos, entretanto em expansão no mundo ocidental, e de grupos existentes há longa data, como os Mormons, que aguardaram a democracia para a sua fixação em Portugal. A oferta no campo religioso foi alargada e, dentro dos evangélicos e protestantes de tradição, apenas os grupos de linha pentecostal e carismática conheceram condições de crescimento. A explicação deste fenómeno prende-se com as próprias características do protestantismo. Ainda que este tenha estabelecido historicamente uma relação positiva com a democracia e com a secularização, nunca conseguiu capitalizar os dividendos dessa convivência: somente os grupos mais conservadores têm

⁸ Fernando Peixoto (1994), no seu estudo acerca da distribuição do movimento evangélico na área do Grande Porto, constata que, ao nível dos lugares de culto, a Congregação Cristã em Portugal — uma denominação bem mais recente no país do que os protestantes e evangélicos históricos — é aquela que concentra o maior número de templos (37), "com mais do dobro da Igreja Baptista ou mesmo da Igreja dos Irmãos". A esse propósito, o autor comenta: "É, no entanto, curioso verificar que em 4.º lugar surge a Assembleia de Deus, com 9 templos, e só depois aquelas que constituíram as igrejas de 'arranque' do movimento evangélico no Porto do século XIX: a Igreja Lusitana, com 7 templos, e a Igreja Metodista com 6" (*Idem*, 153).

resistido ao declínio. Por esta razão, J.-P. Willaime (1992: 9-10) designa o protestantismo como uma "*religião sociologicamente frágil*". O autor fundamenta a afirmação remetendo para as tensões internas que constantemente minam este ramo do cristianismo: "tensões entre fundamentalismo e liberalismo, entre clericalismo e sacerdócio universal, entre confessionalismo e ecumenismo" (*Idem, ibidem*).

Entre os grupos chegados no pós 25 de Abril, os Mormons, os Moonies e a Meditação Transcendental fixaram-se ainda em finais da década de 70⁹. Também a comunidade muçulmana começou a ter expressão na sociedade portuguesa nessa época em virtude do processo de descolonização, o qual implicou a vinda de muitos muçulmanos, principalmente da Guiné e de Moçambique.

E o processo de expansão de outras formas de expressão religiosa continuou... A chegada de Novos Movimentos Religiosos é, paradoxalmente, acompanhada da implantação do mais antigo ramo do cristianismo: em 1978 é criada, por um ex-monge Agostiniano, a Igreja Católica Ortodoxa de Portugal, Metrópole Ibérica da Igreja Ortodoxa da Polónia.

Os anos 80 são marcados pela rápida expansão de dois grupos neopentecostais: a Igreja do Maná, fundada em 1984 por um português, fugindo, assim, à regra da "importação" e a Igreja Universal do Reino de Deus, com origem no Brasil e em Portugal desde de 1989.

3. Perfil numérico-geográfico do fenómeno religioso português nos anos 90

3.1. Os Censos

Os Recenseamentos nacionais não podem ser considerados um instrumento particularmente útil à análise das minorias religiosas. Até 1960, inclusive, as respostas à pergunta acerca da religião dos indivíduos são organizadas em três categorias: *católico*, *outra religião* e *sem religião*. Além disso, a possibilidade de "não responder" não existe, sendo toda a

⁹ Por factores que se prendem com a fase de trabalho da pesquisa ou com uma dimensão numérica e pública mais reduzida dos grupos, ou ainda com a sua actividade irregular, não será possível fixar com precisão a data de implantação de alguns deles — caso de movimentos de influência Oriental, como os Krishna, ou os grupos tipicamente New Age, como a Nova Acrópole. A Cientologia só recentemente (meados dos anos 90) procurou instalar-se oficialmente em Portugal.

população obrigatoriamente distribuída por aquelas categorias. Esta ausência de discriminação, ainda que compreensível face ao valor perto dos 100% dos católicos, impede qualquer tipo de comparação desagregada com os dois censos mais recentes ¹⁰.

Analisando os Censos a partir de 1940 — e sem se discutir aqui a qualidade de recolha de informação dos Recenseamentos — constata-se um aumento da população católica (Quadro 2) que hipoteticamente poderá estar relacionado com as décadas de enquadramento favorável proporcionadas pelo Estado Novo. Representando 93% da população em 1940, os católicos passam a ser 98% em 1960.

Quadro 2 — Evolução da população católica

Censos	Católicos
1940	93,1%
1950	96,0%
1960	97,9%
1981	81,1%
1991	77,9%

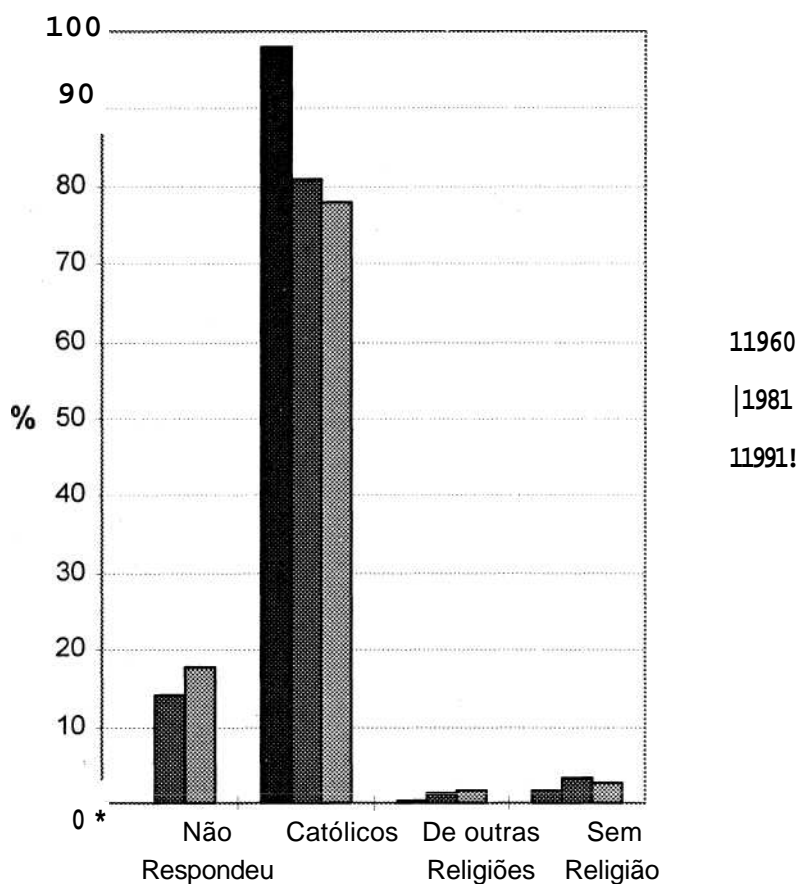
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1940, 1950, 1960, 1981 e 1991.

É a partir dos anos 60 que se opera uma inversão da tendência, a qual se torna ainda mais acentuada pelo facto de os Censos de 1981 não contemplarem a religião da população com idade inferior a 12 anos. Anteriormente essa população era abrangida, sendo destacado o número daqueles com menos de 8 anos de idade.

Apesar deste constrangimento metodológico, afigurou-se pertinente analisar a evolução da população *católica* comparativamente à *não católica* e aos *sem religião* tomando como marco o momento da viragem (Gráfico 1 e Quadro I do Anexo). Verifica-se de 1960 para 1981 um decréscimo de 17% da população católica (de 98% passa para 81%) e um abaixamento, significativamente mais contido, na década seguinte (3%). As

¹⁰ Não figuram aqui os censos de 1970 devido ao facto de os mesmos terem sido aplicados a uma amostra de 20% da população e, como tal, susceptíveis de enviesamento.

Gráfico 1 __ Distribuição percentual dos católicos, dos de outras religiões, dos sem religião e das não respostas nos Censos de 1960, 1981 e 1991



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1981 e 1991.

outras religiões crescem mas lentamente, sendo, entretanto, de assinalar a triplicação do seu número entre 1960 e 1981. A mudança política de 1974 e a concomitante abertura ao exterior poderá ser entendida como a hipótese explicativa mais credível do crescimento deste grupo.

Os *sem religião*, que quase duplicaram entre os dois primeiros censos, de 1,7% passaram a 3,3%, inverteram o processo ao longo da década de 80, passando a situar-se nos 2,7% em 1991. As pesquisas realizadas

nesta área têm revelado que a diminuição da afiliação religiosa tradicional, no ocidente, nem sempre tem engrossado as fileiras dos *sem religião* — principalmente, no sentido do "ateu convicto" — antes se tem repercutido num acréscimo das "não respostas". Tal facto poderá reflectir a emergência de outras procuras ou, mais propriamente, a opção por um tipo de religião "*à la carte*" em substituição do "*menu*" oferecido pelas igrejas oficiais (Jagodzinski e Dobbelaere, 1995: 81 e 115).

Consideremos agora os Censos de 1981 e de 1991 (Gráfico 2). Não obstante apresentarem uma distribuição dos indivíduos por vários grupos religiosos (os três principais ramos do cristianismo, o judaísmo, os muçulmanos, os "outros cristãos" e os "outros não cristãos"), os dois últimos Censos apresentam insuficiências que, do ponto de vista metodológico, se afiguram de difícil colmatação.

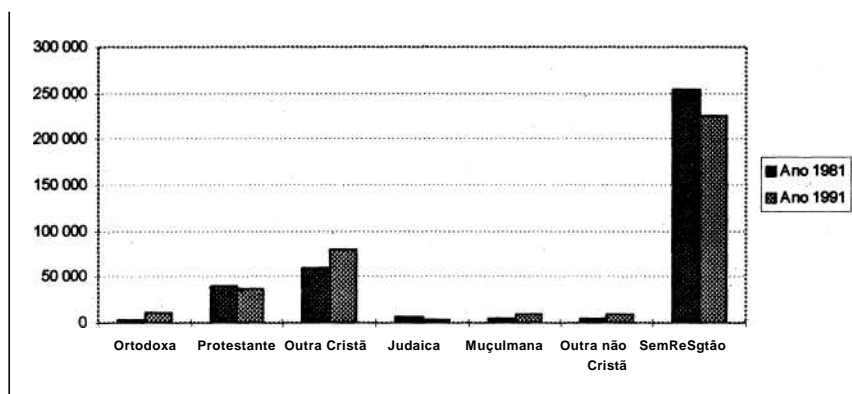
Sendo o objecto de estudo as minorias religiosas, uma vez que nos Censos não se efectuou uma recolha de informação mais desagregada, não será possível estabelecer uma distinção, mesmo que grosseira, entre o número daqueles que pertencem a grupos evangélicos implantados desde o século passado e o número de aderentes a novos movimentos religiosos. Nem tão pouco será possível descortinar o modo como os indivíduos se representaram a si próprios quando condicionados a responder de acordo com as categorias oferecidas.

No intuito de minimizar, ainda que em termos muito deficitários, a lacuna atrás referida, em entrevistas realizadas a responsáveis das minorias foi colocada a questão de como se posicionaram os membros do seu grupo perante as categorias propostas pelos Censos. As suas respostas fazem concluir que tendencialmente aconteceu o seguinte:

- os membros da Aliança Evangélica encontram-se distribuídos pelos protestantes e outros cristãos;
- as Testemunhas de Jeová e os Mormons optaram por se posicionar nos "outros cristãos", ou, então, não responderam por desacordo em relação à classificação apresentada;
- os Adventistas do Sétimo Dia encontram-se misturados com os protestantes históricos e os outros cristãos;
- os pentecostais mais recentes ¹¹ poderão, hipoteticamente, estar distribuídos pelos protestantes, "outros cristãos" e pelas "não respostas".

¹¹ Neste caso concreto não houve oportunidade de questionar os líderes religiosos acerca do seu posicionamento perante as categorias dos Censos.

Gráfico 2 — Distribuição da população pelos grupos religiosos nos Censos de 1981 e 1991.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1981 e de 1991.

Observando o Gráfico 2 (ver também Quadro II do Anexo), constata-se que, fora do universo católico, o grupo religioso mais representativo e em crescimento é aquele que corresponde a uma categoria pouco clara, a dos *outros cristãos*: de cerca de 0,8% em 1981, quase atinge 1% em 1991. Tal facto é explicado, como já foi dito, pela agregação dentro deste grupo de um leque heterogéneo de minorias.

Em crescimento está ainda a comunidade *muçulmana* e os *outros não cristãos*. Os *protestantes* e a comunidade *judaica* são os únicos "não católicos" a acusar uma tendência de ligeiro decréscimo. A diminuição dos protestantes sugere a hipótese de que este grupo — que abrange fundamentalmente as denominações mais antigas e cuja imagem pública foi reabilitada ao longo dos últimos anos — está a ser afectado pelo mesmo problema da Igreja Católica em termos de permeabilização à secularização, fenómeno que aliás é bem patente em todo o protestantismo histórico ocidental.

Há um outro aspecto a realçar, o qual sugere alguma perplexidade e que esta fase da pesquisa não permite ainda adiantar hipóteses explicativas. Trata-se do crescimento exponencial da Igreja Ortodoxa. Fundada em 1978, passados três anos (Recenseamento de 1981) esta igreja reunia 2.500 membros e em dez anos passou para 11.319. As interrogações multiplicam-se, mais ainda, se se atentar para o facto de que não existe, por parte deste grupo, estratégias propriamente proselitistas e que a sua maior

concentração — de acordo com os últimos Censos — se localiza na Região Norte, quando o seu trabalho e as suas comunidades estão predominantemente situados na Área de Lisboa.

Em síntese, pode dizer-se que, apesar de se estar a considerar um universo de pequenos números na totalidade da população portuguesa, tem vindo a aumentar, desde a década de sessenta, o número de indivíduos com pertença religiosa não católica. Em 1960 a categoria *outra religião* não chegava a reunir meio por cento da população (Quadro I do Anexo). Volvidos vinte anos, ela representa um número que já se aproxima dos dois por cento.

Para que possa ser visualizada a implantação religiosa optou-se por uma representação gráfica, no mapa do país (ver Figura), de todos os *não católicos*, incluindo os *sem religião*¹². O desfasamento numérico entre *católicos* e *não católicos* é de tal grandeza que graficamente seria impossível percepcionar diferenciadamente as minorias. Contudo, afigura-se indispensável uma referência à distribuição geográfica do catolicismo, pelo que utilizaremos como suporte o Quadro 3. Genericamente, acerca do enquadramento espacial religioso português, convirá realçar o seguinte:

- forte implantação do catolicismo nas ilhas (nos Açores, superior a 90%), no norte do país e na zona centro, com valores sempre acima dos 82%;
- uma maior concentração de indivíduos *sem religião* no sul, principalmente nas áreas de Lisboa e Alentejo (valores situados entre os 5% e os 6%), regiões que coincidem também com os números mais baixos dos católicos;
- *protestantes* e *outros cristãos* são os grupos com maior representatividade em todas as regiões, principalmente nas Áreas de Lisboa (2,18%) e do Algarve (2%);
- é também em Lisboa que os *outros não cristãos* se apresentam em número mais elevado.

Até ao momento foram apresentados dados estatísticos que correspondem a valores oficiais resultantes do Recenseamento da População Portuguesa. Todavia, se considerarmos como fonte as próprias instituições minoritárias, Ortodoxos calculam o seu número de fiéis em cerca

¹² Os gráficos que figuram no mapa foram construídos a partir dos valores apresentados no Quadro 4 do Anexo.

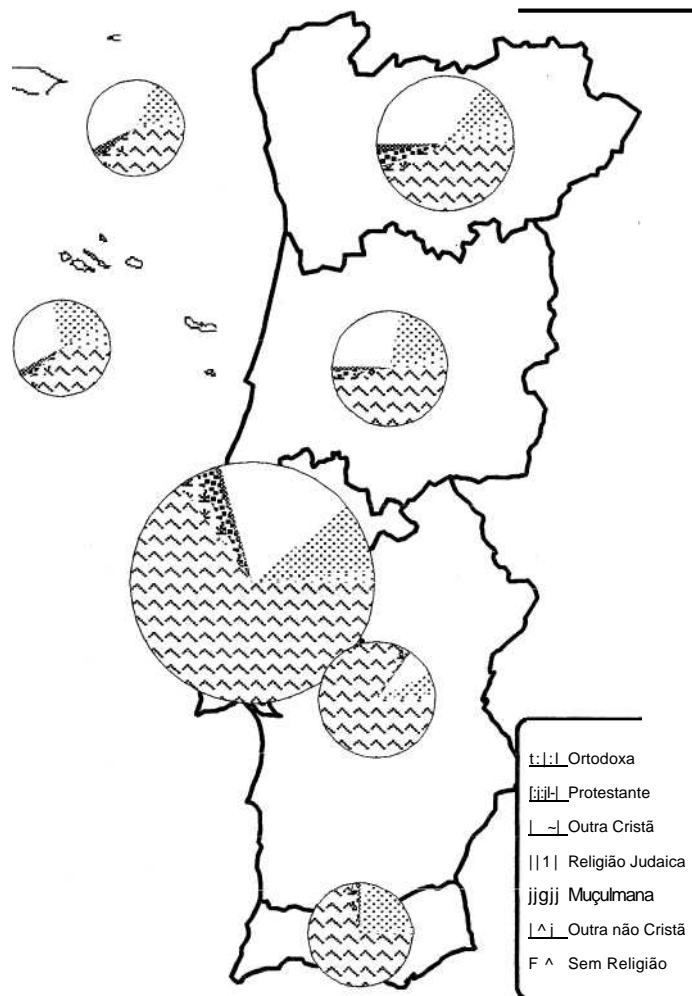


Figura — Distribuição percentual da religião não católica romana nas diferentes zonas geográficas do país.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1991.

de 13.000, Protestantes e Evangélicos, no seu conjunto avaliam-se em mais de 250 mil; os dois novos grupos neopentecostais surgidos nos anos 80, perfazem no total cerca 280 mil; os Mormons apresentam um rol de baptizados na ordem dos 40 mil, as Testemunhas de Jeová declaram no seu anuário a existência de 45 mil e os Adventistas 8 mil membros que, se incluídos os simpatizantes, serão 20 mil.

Estes valores estatísticos são sempre indicados por aproximação e os critérios que lhes subjazem diferem consoante o modelo organizacional: alguns baseiam-se no "rol de membros", nem sempre actualizado — o que aliás é reconhecido pelos próprios —; outros fundamentam-se na média de assistência; uns contabilizam os chamados "simpatizantes", enquanto outros não o fazem. Em todo o caso, é nítida a clivagem entre os números oficiais e aqueles facultados pelas instituições. Só os valores acima apresentados contabilizam cerca de 650.000 indivíduos o que, aproximadamente, corresponde a 7% da população portuguesa.

É certo que o ser minoria implica muitas vezes um complexo de guetização que obriga a uma auto-sobrerrepresentação, especialmente quando está em causa um contexto que é social e culturalmente identificado com uma única Igreja ou religião. Todavia, existe uma categoria nos Censos que não poderá ser descurada e inerente à qual poderá estar um fenómeno de ocultação. Trata-se da categoria dos não respondentes. Observando os números, constata-se que quase um milhão e meio de portugueses se recusou a responder à questão sobre religião, a qual era, além do mais, opcional. Uma das hipóteses explicativas aponta no sentido de que a religião é para muitos algo de tão privado como o nível de rendimentos ou a sexualidade. Outra interpretação toma por base o argumento de que a crença religiosa interfere directamente na dimensão existencial de cada um, hoje cada vez menos substanciada nos preceitos e doutrinas de uma única religião.

Para além destas hipóteses plausíveis, há que questionar até que ponto se escondem na categoria das *não respostas* indivíduos pertencentes a minorias religiosas, em relação às quais se começam a vislumbrar indicadores de crescimento, mas que por factores de não identificação com as opções propostas pelos Recenseamentos decidem, simplesmente, não responder. Qual o valor real destes grupos em termos quantitativos na sociedade portuguesa? Que instrumentos utilizar para o medir? São questões que esta pesquisa visa aprofundar, no pressuposto, porém, de que o recurso às análises e às metodologias quantitativas — sem dúvida um percurso, neste caso, indispensável — comporta limitações de difícil contorno. Nessa medida, a importância simbólico-social de cada um destes grupos em estudo só poderá ser apreendida, na sua globalidade, se construído um desenho de investigação em que as metodologias qualitativas assumam um papel fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRUZ, Manuel Braga (1992): "O Estado Novo e a Igreja Católica", in Joel Serrão e Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. XI (Coord. Fernando Rosas, *Portugal e o Estado Novo*), Lisboa, Ed. Presença, pp. 201-251. FERNANDES, António Teixeira (1996): "O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal", in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 20, 1996, pp. 9-41.
- GARRETT, Almeida (1830): *Portugal na balança da Europa*. GUICHARD, François (1990): "Le Protestantisme au Portugal", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVIII, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, pp. 455-482. JAGODZINSKI, W.; K. DOBBELAERE (1995): "Secularization and church religiosity", cap. 4 in Deth e Scarbrough (eds.), *The impact of values*, Oxford, University Press, pp. 76-119. MACEDO, Jorge Borges de (1974): "Importância em História dos métodos para detecção e isolamento dos fenómenos minoritários", in *Novas perspectivas das Ciências do Homem*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 141-155.
- (1985): "O anti-clericalismo em Portugal — ensaio de uma perspectiva sociológica", in *Communio, Revista Internacional Católica*, Ano II, n.º 5, 1985, pp. 440-450. PEIXOTO, Fernando (1994): "Igrejas evangélicas no Porto", in *Fórum Sociológico*, n.º 4, pp. 147-162.
- QUENTAL, Antero de (1871): *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Porto.
- SILVA, António Manuel (1995): "A Igreja Lusitana e o republicanismo (1880-1910): convergências e expectativas do discurso ideológico", in *Actas do Congresso Ávida da República Portuguesa, 1890-1990*, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, pp. 739-756. WILLAIME, Jean-Paul (1992): *La précarité protestante — Sociologie du protestantisme contemporain*, Ed. Labor et Fides, Genève.

Outras fontes documentais

- Aliança Evangélica (1997): "Aliança Evangélica — percurso histórico".
- ALMEIDA, F. Resina (1995): *Prontuário Evangélico*, F. Resina de Almeida.
- CARDOSO, Manuel Pedro (1985): "História do Protestantismo em Portugal", *Cadernos do CER*, n.º 2, pp. 1-59.
- ERICSON, Gerald Cari (1984): *Os Evangélicos em Portugal*, Ed. Núcleo, Queluz. *Recenseamento Geral da População de 1940. Recenseamento Geral da População de 1950. Recenseamento Geral da População de 1960. Recenseamento Geral da População de 1981. Recenseamento Geral da População de 1991. Revista de Espiritismo*, n.º 35, 1997.

ANEXO

Quadro I — População residente segundo a resposta à pergunta sobre Religião nos Censos de 1960, 1981 e 1991

Censos	Não Respondeu	Católicos	«e outra» Religiões	Sem Religião
1960	14,22%	97,89%	0,44%	1,66%
1981	17,62%	81,06%	1,44%	3,23%
1991		77,89%	1,76%	2,68%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1981 e 1991.

Quadro II — População residente com 12 ou mais anos, segundo a resposta à pergunta sobre Religião.

Censos	Total	Não Respondeu	Religiões (% da população com 12 ou mais anos)							Sem Religião
			Católica	Ortodom	Professã&ete	Outra Crisã	Judaica		Outra não Cristã	
			4	5	6	?	d	\$	ift	
1981	7.836.504 100,0%	1.114.615 14,22%	5.352.705 81,06%	2.564 0,03%	39.122 0,49%	59.985 0,76%	5.493 0,07%	4.335 0,05%	3.899 0,04%	253.786 3,23%
1991	8.376.840 100,0%	1.476.748 17,62%	5.524.908 77,89%	11.319 0,13%	36.932 0,44%	79.491 0,94%	3.519 0,04%	9.134 0,10%	9.455 0,11%	225.334 2,68%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991.

Quadro III — População residente com 12 ou mais anos, segundo a resposta à pergunta sobre Religião

Zona Geográfica	Total	População que não Respondeu	Religião							
			Católica	Ortodoxa	Protestante	Outra Cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não Cristã	Sem Religião
			1	2	3	4	5	6	7	8
Portugal	1m\$ %	17,62 %	77,89%	11319 0,13 %	36.932 0,44 % ;	79.491 0,94 %	3519 <W %	9.134 0,10%	9.455 SII %	225.534 2,68 %
Região Norte	2.890.158 100,0 %	355.998 12,31 %	2.470.570 85,48 %	4.703 0,16 %	5.455 0,18 %	21.843 0,75 %	1.105.003 %	2.257 0,07 %	2.171 0,07 %	26.056 0,90 %
Região Centro	1.474.404 100,0 %	222.449 15,08 %	1.220.511 82,7 %	1.6120,10 %	5.272 0,35 %	8.655 0,58 %	445.003 %	564,03 %	7730,05 %	14.123 0,95 %
Região Lisboa	2.850.43 100,0 %	646.158 22,66 %	1.979.074 69,43 %	3.658 0,12 %	20.644 0,72 %	41.762 1,46 %	1.4840,05 %	5.792 0,20 %	5.602 0,19%	146.263 5,13 %
Região Alentejo	471.976 100,0 %	137.021 29,03 %	302.200 64,02 %	630 0,13 %	1.811 0,38 %	2.529 0,53 %	215 0,04 %	226 0,04 %	367 0,07 %	26.977 5,71 %
Região Algarve	295.171 100,0 %	75.087 25,43 %	202.854 68,72 %	3830,12 %	2.915 0,98 %	3.010 1,01 %	1490,05 %	219 0,07 %	298 0,10 %	10.256 3,47 %
Reg. Aut. Açores	188.742 100,0 %	12.655 6,70 %	173.581 91,96 %	218 0,11%	483 0,25 %	751 0,39 %	550,02 %	47 0,02 %	109 0,05 %	8430,44 %
Reg. Aut. Madeira	205.952 100,0 %	27.380 13,29 %	176.118 85,51 %	1150,05 %	352 0,17%	941 0,45 %	66 0,03 %	29 0,01 %	1350,06 %	816 0,39 %

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1991.

Estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal

**Quadro IV — População residente não católica,
com 12 ou mais anos**

Zona Geográfica	Total	Religião						
		Ortodoxa	Protestante	Outra Cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não Cristã	Sem Religião
	1	2	3	4	5	6	7	8
Portugal	375,184 100,0 %	11.319 3,0 %	5.455 1,4 %	21.843 5,8 %	1.105 0,3 %	9.134 2,4 %	9.455 2,5 %	225.334 60,0 %
Região Norte	43.931 100,0 %	4.703 10,70 %	5.455 12,42 %	21.843 4,97 %	1.105 2,52 %	2.257 5,14 %	2.171 4,94 %	26.056 59,3 %
Região Centro	3.144 100,0 %	1.612 51,3 %	5.272 16,77 %	8.655 27,52 %	445 1,42 %	564 1,79 %	773 2,46 %	14.123 44,91 %
Região Lisboa	225.205 100,0 %	3.658 1,62 %	20.644 9,17 %	41.762 18,54 %	1.484 0,66 %	5.792 2,57 %	5.602 2,49 %	146.263 64,94 %
Região Alentejo	32.755 100,0 %	630 1,92 %	1.811 5,53 %	25.297 7,72 %	215 0,67 %	226 0,69 %	367 1,12 %	26.977 82,86 %
Região Algarve	17.230 100,0 %	383 2,22 %	2.915 16,92 %	3.010 17,47 %	1.490 8,6 %	219 1,27 %	298 1,73 %	10.256 59,52 %
Reg. Aut. Açores	2.506 100,0 %	218 8,70 %	483 19,27 %	751 29,97 %	552 21,9 %	471 1,88 %	109 4,35 %	843 33,64 %
Reg. Aut. Madeira	2.454 100,0 %	115 4,69 %	352 14,34 %	941 38,35 %	662 26,9 %	291 11,8 %	135 5,50 %	816 33,25 %

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1991.